

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo emprestado. A taxa média ponderada de desconto foi definida com base na seguinte premisa: "Taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto às instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos no reconhecimento do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício do opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos com efeito em resultado semelhante aos das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconheceu um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2024, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 40.828 (nota explicativa 15.1) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 44.279 (nota explicativa 15.2), resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 1.173 (nota explicativa 24). De acordo com as alterações, a Companhia apresentou um imposto diferido passivo separado de R\$ 13.882 e um imposto diferido ativo separado de R\$ 15.055. Não houve impacto sobre os lucros acumulados com adoção das alterações. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante com Covenants; (alterações ao CPC 26 /IAS 1)** - As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota Explicativa 16, a Companhia tem Debênture incentivada que está sujeita a covenants específicos. **b. Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em venda e leaseback (Alterações ao CPC 06 / IFRS 16); • Ausência de conversibilidade alterações ao CPC 02 / IAS 21; • Demonstração dos Fluxos de caixa (alterações ao CPC 03 / IAS 7). • Instrumentos Financeiros: Evidenciação (alterações ao CPC 40 / IFRS 7). **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Caixa	4	3
Bancos conta movimento	3.096	119
Aplicações de liquidez imediata	98.783	107.407
Total	91.883	107.529

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e convertíveis imediatamente em caixa. As aplicações de liquidez imediata são representadas por Fundos de Investimentos, que foram remunerados, em dezembro de 2024, a uma taxa média de 106,5% a 110,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que, em dezembro de 2023, tiveram uma taxa média de 103% a 103,5% do CDI, com vencimento inferior a 90 dias; e por

13. Imobilizado

	2024				2023			
	Vida útil (em anos)	Custo acumulada	Depreciação acumulada	Líquido	Vida útil (em anos)	Custo acumulada	Depreciação acumulada	Líquido
a. Composição do imobilizado								
Benefícios em imóveis de terceiros (a)								
Bens e equipamentos de operação (a)	5 a 10	544.440	(288.468)	255.971	263.232			
Móveis e utensílios	10	1.797	(1.151)	646	683			
Equipamentos de informática	3	4.067	(2.207)	1.860	516			
Veículos	5	3.788	(2.232)	1.556	543			
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)		59.228	-	59.228	18.015			
Total		629.157	(305.422)	323.734	287.429			
b. Movimentação do custo								
Benefícios em imóveis de terceiros (a)								
Bens e equipamentos de operação (a)	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024			
Móveis e utensílios	52.678	65	(2)	498	15.837			
Equipamentos de informática	154.688	1.284	(22)	18.490	544.440			
Veículos	1.748	50	(1)	1.797	1.797			
Equipamentos de informática	2.278	320	(14)	1.483	4.067			
Veículos	3.315	398	(870)	945	3.788			
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	18.015	64.563	(1.934)	(21.416)	59.228			
Total	565.320	66.680	(2.843)	-	629.157			
Benefícios em imóveis de terceiros(a)	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023			
Bens e equipamentos de operação	13.263	4	(715)	2.724	15.276			
Móveis e utensílios	481.280	2.220	(985)	42.173	524.688			
Equipamentos de informática	1.395	85	(262)	530	1.748			
Veículos	1.886	380	(146)	58	2.278			
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	3.120	205	(205)	400	3.315			
Total	37.063	27.771	(936)	(45.885)	18.015			
Total	538.007	30.460	(3.149)	-	565.320			

(a) Em janeiro de 2018, a Companhia revisou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das beneficiárias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação são realizadas tomando como base os prazos de vida útil estabelecidos pelos setores avaliadores, limitados aos períodos dos contratos de arrendamentos junto à Autoridade Portuária de Santos, de 23 de fevereiro de 2001 a 23 de fevereiro de 2041. (b) As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (ampliação e atualização). O saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 refere-se substancialmente a: i. montante de R\$ 19.029 - TANQUES - BACIA 10, contendo materiais, equipamentos e mão de obra especializada para fabricação, montagem e pintura de 12 tanques cilíndricos, verticais com teto fixo autoperante tipo domo, em material aço carbono para expansão da Bacia 10; ii. montante de R\$ 10.957 CIVIL - Bacia 10, contendo planejamento de obras para fundação dos tanques, construção das bases, dique da bacia de contenção, bases para pipe rack interno, sistema de drenagem e pavimentação das novas vias de emergência para expansão da Bacia 10; iii. montante de R\$ 5.587 Estrutura metálicas, contendo materiais, equipamentos e mão de obra especializada para fabricação e montagem das estruturas metálicas do projeto de expansão da Bacia 10, contendo *pipe rack* interno e externo a bacia, passarelas e guarda corpos, torre de canhões fixos, cobertura da CBI, entre outros estruturas; iv. montante de R\$ 4.016 Sistema de captação e abatimento de efluentes gasosos, tubulações de captação de vapores gerados na movimentação de produto e equipamento de queima dos mesmos, para aumento da simultaneidade de operações; v. Montante de R\$ 3.812 Monitoramento do espaço vazio, contendo planejamento, infraestrutura e painéis; vi. montante de R\$ 3.326 Sistema de nitrogênio (N2), contendo materiais, equipamentos e mão de obra especializada para Revamp das tubulações de nitrogênio do terminal; e vii. montante de R\$ 2.824 Adequação da plataforma, contendo materiais, equipamentos e mão de obra especializada para adequações de 2 travessias de tubulação da plataforma.

	2023	Adições	Baixas	2024
c. Movimentação da depreciação acumulada				
Benefícios em imóveis de terceiros	(10.636)	(729)	-	(11.365)
Bens e equipamentos de operação	(261.457)	(27.011)	1	(288.467)
Móveis e utensílios	(1.064)	(86)	-	(1.150)
Equipamentos de informática	(1.763)	(455)	11	(2.207)
Veículos	(2.770)	(333)	870	(2.233)
Total	(277.690)	(28.614)	882	(305.422)
Benefícios em imóveis de terceiros	2022	Adições	Baixas	2023
Bens e equipamentos de operação	(10.529)	(539)	432	(10.636)
Bens e equipamentos de operação	(237.581)	(23.976)	100	(261.457)
Móveis e utensílios	(1.273)	(53)	262	(1.064)
Equipamentos de informática	(1.574)	(235)	46	(1.763)
Veículos	(2.545)	(430)	205	(2.770)
Total	(253.502)	(25.233)	1.045	(277.690)

Bacia 10 - No final de 2017, entrou em operação "a bacia 10", 5 tanques e equipamentos operacionais, cuja construção visa atender ao acordado na renovação antecipada do contrato de arrendamento, assinado em 18 de dezembro de 2014 e publicado no DOU em 24 de dezembro de 2014. O custo de construção e sua respectiva depreciação é demonstrado abaixo:

	2024				2023			
	Vida útil (em anos)	Custo acumulada	Depreciação acumulada	Líquido	Vida útil (em anos)	Custo acumulada	Depreciação acumulada	Líquido
Bacia 10	20	68.721	(23.902)	44.819	48.193			

14. Intangível: a. Composição do intangível

	2024				2023			
	Vida útil (em anos)	Custo acumulada	Amortização acumulada	Líquido	Vida útil (em anos)	Custo acumulada	Amortização acumulada	Líquido
Outros intangíveis (a)	2	3.650	(2.369)	1.281	552			
Total	2	3.650	(2.369)	1.281	552			
(a) Refere-se a sistemas, aplicativos e softwares.								
b. Movimentação do custo								
Outros intangíveis	2023	Adições	Baixas	2024				
Outros intangíveis	2.407	1.244	(1)	3.650				
Total	2.407	1.244	(1)	3.650				
Outros intangíveis	2022	Adições	Baixas	2023				
Outros intangíveis	1.974	585	(152)	2.407				
Total	1.974	585	(152)	2.407				

Provisão para redução no valor recuperável (Impairment) - Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, levando em consideração o reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 / IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos e não identifica qualquer indicativo que requeira a realização de teste de *impairment*.

15. Ativos de direito de uso e arrendamento a pagar: Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 15.1). A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.210	29.210	29.210	29.210
Adições	21.263	(7.590)	21.263	(7.590)
Baixas	(7.590)	(1.062)	(7.590)	(1.062)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.821	41.821	41.821	41.821
Adições	2.042	(3.035)	2.042	(3.035)
Amortização	(3.035)	(1.408)	(3.035)	(1.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.828	40.828	40.828	40.828
15.2. Arrendamentos a pagar				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.877	30.877	30.877	30.877
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(4.984)	(4.984)	(4.984)	(4.984)
Adição	21.263	(6.330)	21.263	(6.330)
Baixa	(3.309)	(3.309)	(3.309)	(3.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.135	44.135	44.135	44.135
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(5.192)	(5.192)	(5.192)	(5.192)
Adição	2.042	(3.294)	2.042	(3.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	44.279	44.279	44.279	44.279
Passivo circulante	2.161	(2.161)	2.161	(2.161)
Passivo não circulante	42.118	(42.118)	42.118	(42.118)
Total	44.279	44.279	44.279	44.279

A área arrendada no porto de Santos está sob a administração da Autoridade Portuária de Santos e opera por meio de arrendamentos operacionais. O contrato teve início em 23 de fevereiro de 2001 e foi renovado antecipadamente em 18 de dezembro de 2014, com prazo total de 27 anos, estendendo-se até 23 de fevereiro de 2041. Os pagamentos do arrendamento são reajustados anualmente pelo IGP-M (FGV). Em setembro de 2022 o índice de reajuste passou a ser o IPCA. Além disso, há contratos de aluguel para tanques criogênicos, empilhadeiras, contêineres, alugue de escritório e arrendamento de aeronave. Durante o ano de 2024 houve atualização monetária do contrato de locação do escritório em São Paulo, no montante de R\$ 95. Além disso, houve atualização da contraprestação de contratos preexistentes no montante de R\$ 1.472, novo contrato de aluguel de veículo no montante de R\$ 328 e novo contrato de uma área para armazenagem e construção da Bacia 10 no montante de R\$ 147.

Operações Compromissadas, remuneradas em 31 de dezembro de 2024 a uma taxa média de 88,5% do CDI (80% em 31 de dezembro de 2023), estando sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. As informações sobre a exposição da Companhia e riscos de crédito e de mercado sobre a mensuração a valor justo estão incluídas na nota explicativa 31 de Instrumentos Financeiros.

	2024	2023
6. Instrumentos financeiros derivativos		
Gainho swap	3.148	4.642
Perda swap	(3.148)	(4.642)
Ativo financeiro derivativo líquido	0	0
Ativo circulante	3.148	4.642
Alto as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro 2024	4.642	4.642
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.642	4.642
Pagamento swap	764	764
Perda swap	(3.534)	(3.534)
Gainho swap	4.002	4.002
Recebimento swap	(2.726)	(2.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.148	3.148

A Companhia mantém operação para troca de índices ("swap") para proteger eventual flutuação da taxa de juros da debênture cuja remuneração é IPCA mais juros de 3,99% a.a. para CDI + 0,62% a.a. As informações sobre o índice da Debênture podem ser verificadas na nota explicativa nº16. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

	2024	2023
7. Contas a receber		
Clientes nacionais	9.589	8.262
Clientes no exterior	4.052	928
Total	13.641	9.190
Subtotal	13.641	9.190
(-) Provisão para perda de créditos esperada	(74)	(74)
Ativo líquido	13.567	9.116
A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes está demonstrada abaixo:		
Aging list	2024	2023
Títulos a vencer	10.484	8.885
Títulos vencidos até 30 dias	3.155	305
Títulos vencidos de 31 até 180 dias	2	-
Total	13.641	9.190

	2024	2023
8.Outros créditos		
Adiantamentos a fornecedores (a)	8.368	3.116
Créditos com funcionários	56	175
Outras contas a receber	815	340
Total	9.239	3.631

(a) Refere-se a pagamentos realizados a fornecedores para aquisição de materiais e prestação de serviços para início da construção da Bacia 10.

	2024	2023
9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	1.518	3.196
Total	1.518	3.196
(a) Refere-se, principalmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL.		
10. Outros impostos a recuperar		
PIS e COFINS a recuperar	-	376
Outros	11	12
Total	11	388

11. Despesas antecipadas

	2024	2023
Prêmios de seguros (a)	2.009	2.039
ISS/PIS/COFINS sobre faturamento antecipado	373	131
Outros	74	204
Total	2.456	2.204

(a) Refere-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança, seguro D&O e seguro de veículos.

12. Transações com partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e colaboradores. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta saldo a receber no valor de R\$ 616 e a pagar no valor de R\$ 34. **Remuneração dos administradores - Remuneração dos Administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi:**

	2024	2023
Remuneração e encargos sociais	2.783	2.829
Total	2.783	2.829

Exposição - Taxa de juros	Saldo		Provável	25%	-25%	50%	-50%	Transações sem efeito caixa	2024	2023	33. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens próprios sujeitos a riscos e relativos às responsabilidades para com terceiros em função da sua atividade por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:	Montantes
	contábil	Risco										
IPCA			5,76%	7,20%	4,32%	8,64%	2,88%	Ativo de direito de uso	2.042	21.263		
Debêntures	(13.738)	Aumento IPCA	(14.530)	(14.728)	(14.332)	(14.925)	(14.134)	Passivo de arrendamento	(2.042)	(21.263)		
CDI			14,71%	18,39%	11,03%	22,07%	7,36%	Dividendos propostos a pagar	(42.563)	(25.181)		
Instrumentos derivativos – swap ativo	3.148	Diminuição CDI	3.611	3.727	3.495	3.843	3.380	Resultado no exercício	42.563	25.181		
Aplicações financeiras	88.783	Diminuição CDI	101.843	105.108	98.578	108.373	95.313	Instrumentos financeiros derivativos	468	(228)		
Impacto no resultado			3.381	(3.381)	6.762	(6.762)		Receita financeira	(4.002)	3.961	Natureza da cobertura	
								Despesa financeira	3.534	(3.733)	Operador Portuário (Responsabilidade Civil)	405.117
								Baixa arrendamento	6.330	1.260	Riscos Nomeados Operacionais	361.547
								Reversão IFRS 16	(6.330)	(1.260)	Riscos Ambientais	98.380
								Total	-	-	Responsabilidade Civil Administradores e Diretores D&O	78.704

Matheus Ruiz Santiago - Diretor Presidente	Ricardo Wiering de Barros - Diretor Administrativo Financeiro	Francisco Carlos Baltazar de Queiroz - Contador - CRC 1SP197903/O-2
--	---	---

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da AGEO Terminais e Armazéns Gerais S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da AGEO Terminais e Armazéns Gerais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento da receita de prestação de serviço de armazenagem (Notas 1, 7 e 28)
Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1, 7 e 28 a principal receita da Companhia é decorrente do serviço de armazenagem de grãos líquidos, incluindo etanol, produtos aquecíveis, refrigerados, corrosivos, químicos, petroquímicos, combustíveis, ácidos, óleos minerais e vegetais, produtos alimentícios e especialidades para importação e/ou exportação. A receita proveniente desses serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, com base nos contratos celebrados com os clientes. Quando os pagamentos são realizados antecipadamente, são registrados sob o título de “outras obrigações” e somente são reconhecidos como receita quando os serviços são efetivamente prestados, de acordo com o que foi acordado nos contratos. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ativo Imobilizado (Notas 3(f) e 13)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrava em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 323.734 mil, referente, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura realizados em conexão com o contrato de direito de exploração e uso da Instalação Portuária. A Companhia destina recursos significativos à ampliação e manutenção de seus bens e equipamentos, com o objetivo de expandir, conservar e reparar os ativos imobilizados, além de substituir peças para garantir seu pleno funcionamento. Dessa forma, assegura que os ativos permaneçam dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos para a continuidade dos serviços, em conformidade com o contrato vigente. Dessa forma, a administração da Companhia avalia se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como ativo imobilizado ou despesa. Considerando o volume de transações, o julgamento exercido pela administração e a relevância do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras, entendemos que este é um assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia no reconhecimento de receitas; Avaliação dos critérios e premissas adotadas no reconhecimento de receita através de testes substantivos documentais, incluindo confirmações externas com clientes da Companhia
Também avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.
Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para esse assunto incluíram, entre outros: a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para o reconhecimento de receita e a mensuração do ativo imobilizado; Analisamos em base amostral, a classificação dos investimentos entre ativo imobilizado e gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício, considerando a natureza desses investimentos; Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos que o reconhecimento e a mensuração do ativo imobilizado, bem como as respectivas divulgações, são adequados no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de maio de 2024, sem ressalvas. **Demonstração do Valor Adicionado** - A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2025

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>